

43º Encontro anual da ANPOCS

ST27 Partidos, eleições e sistemas

Organizações partidárias locais e seu impacto eleitoral

Jairo Pimentel Jr.

Caxambu – 21 a 25 de Outubro de 2019

43º Encontro anual da ANPOCS

Organizações partidárias locais e seu impacto eleitoral

ST27 Partidos, eleições e sistemas

Jairo Pimentel Jr.¹

Introdução

Partidos importam? Essa questão, amplamente debatida dentro da ciência política brasileira, tende a ser relativizada de acordo com a arena de atuação dos partidos. Assim, a literatura que versa sobre essa questão divide-se em três arenas: 1) a arena governamental, mais especificamente na relação entre os poderes executivo e legislativo, 2) a arena eleitoral, que analisa a importância dos partidos para balizar o processo de tomada de decisão do voto e 3) a arena organizacional dos partidos, que visa compreender como os partidos se organizam internamente.

Na arena parlamentar, existe profusa evidência sobre a importância dos partidos para promover disciplina partidária (Figueiredo e Limongi, 1999, Freitas, 2016), bem como seria possível observar diferenças ideológicas claras entre seus membros (Kinzo, 1989, Rodrigues, 2002). Na arena eleitoral, não existe consenso sobre esse tema, mas um longo e profícuo debate aponta para relativa importância da identificação partidária como fator de balizamento eleitoral, sobretudo no que concerne ao PT, (Kinzo, 2005; Braga e Pimentel Jr, 2011; Samuels e Zucco, 2018). Já na arena organizacional poucos se concentraram em estudar como os partidos se formam e se organizam para disputar eleições, analisando se de fato “há vida” dentro dos partidos (Meneguelo, 1989; Kinzo, 1988; Ribeiro, 2010; 2013; Amaral, 2011, Guarnieri, 2011), mais escassas ainda são as referências quanto a importância da organização partidária para o desempenho de candidaturas na arena eleitoral (Braga e Pimentel Jr, 2013, Silva, 2017). Assim, enquanto em outras arenas os partidos vem sendo amplamente debatidos, na arena organizacional ainda existem enormes pontos cegos para se compreender o seu funcionamento e sua relevância eleitoral.

¹ Pos-doutorando do Cepesp/FGV. Bolsista Fapesp

A razão para tal lacuna pode se assentar no pressuposto nutrido por muito tempo por estudos sobre o tema no Brasil de que as organizações partidárias tendem a ser frágeis e desimportantes para promoção de candidaturas em um sistema eleitoral com altos incentivos a individualização das campanhas e ao comportamento parlamentar (Ames, 2003, Mainwaring, 1991, Carey e Shugart, 1995).

Além disso, essas ilações sobre a pouca relevância dos partidos nessa arena em nosso contexto podem ser também reflexo do pessimismo da produção internacional sobre o tema. Alhures, a histórica fragilização das organizações partidárias ocorrida nas últimas décadas é um dos sintomas do diagnóstico da literatura que aponta para uma “crise dos partidos”. Tal literatura, aponta uma queda na importância dos partidos dentro da democracia eleitoral, devido, entre outros fatores a emergência do Welfare State. Esse fenômeno diminuiu a necessidade de solidariedade partidária, uma vez que a abrangência universal das políticas públicas não estimularia a participação política de segmentos específicos na reivindicação de seus interesses, dado que era possível alcançá-los através de carona (*free-rider*). Do ponto de vista social, as melhorias nas condições sociais, o aumento da mobilidade social e o desenvolvimento da mídia, sobretudo da televisão, serviram para minar segmentos eleitorais bem definidos (Dallton *et al*, 2003). O resultado final desse processo têm sido as decrescentes taxas de filiação nos partidos (Mair e Biezen, 2001), diminuição da participação dos cidadãos nessas organizações e, conseqüentemente, incapacidade de mobilização eleitoral (Dallton *et al*, 2003).

Independentemente desse diagnóstico mais pessimista, o fato é que seja alhures ou aqui organizações partidárias são realidades tangíveis, que necessitam ser compreendidas em sua complexidade e analisadas em suas diversas atribuições, o que pouco tem sido feito.

Lógica da organização partidária local e a construção de Hipóteses.

Para um partido obter o registro junto ao TSE ele precisa necessariamente ter caráter nacional. Considera-se como tal aquele que comprove apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por 1/3, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles. Somente aqueles partidos que tenham cumprido com

essas exigências podem participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.

Não obstante essas exigências mínimas, as estruturas partidárias tendem a variar muito, tanto em termos de penetração geográfica nos diferentes níveis da federação, quanto no nível de complexidade. Isso porque a legislação eleitoral que rege a existência e organização (Lei n.9.096 de 1995) não determina como deve se dar a organização interna dos partidos e, assim, oferece liberdade para que localmente os partidos tenham basicamente dois tipos principais de organização partidária: 1) as comissões provisórias, 2) os diretórios partidários.

As comissões provisórias eram, em sua origem, organizações mais efêmeras, com duração estabelecida por até 90 dias. Porém, uma nova lei sancionada em maio deste ano pelo presidente Bolsonaro (Lei n.13.831/19) estabeleceu que comissões provisórias possuem um prazo muito maior de existência: até 8 anos. Tal mudança acabou, inclusive, por tornar o termo “provisória” inadequado para esse tipo de organização.

Já os diretórios são unidades organizativas mais complexas que as comissões provisórias, pois são conformados por número mais elevado de membros (variando de acordo com o desenvolvimento da estrutura organizacional de cada partido) e exigem a realização de uma convenção municipal para sua homologação, diferentemente das comissões provisórias, cujos membros são apontados pelo diretório estadual do partido, sendo essa a principal diferença a ser apontada entre esses dois tipos de órgãos no atual momento: a capacidade de realizar votações para definir dirigentes e, dessa forma, garantir maior autonomia das lideranças locais.

Além desses dois tipos principais, ainda é possível observar uma situação jurídica intermediária, a saber, a chamada comissão interventora. Essa comissão é estabelecida quando há a interferência de instâncias hierarquicamente superiores ao órgão municipal e dissolução do mesmo. Porém, o número de comissões interventoras é bastante pequeno frente aos outros dois tipos, como será notado mais adiante neste trabalho, tornando essa categoria como algo residual.

Dada essa diferenciação, existem partidos que podem ser considerados organizações fortes na esfera local, enquanto outros possuem claras debilidades e dificuldades em estabelecer organizações municipais mais estruturadas. Nesse sentido, Braga e Pimentel Jr. (2013) construíram um índice para avaliar a nacionalização dos partidos tanto em termos de capilaridade, quanto em função de sua complexidade

organizacional. Os autores concluíram que o PT é o partido com a estrutura organizacional mais nacionalizada e institucionalizada do País, com índice de 0,639 (numa escala de 0 a 1), seguido pelo PMDB (0,407) e em pouco mais atrás o PSDB (0,189). Entretanto, com exceção desses partidos, os demais possuem baixo nível de nacionalização dos seus diretórios, pois mesmo aqueles que estão presentes entre 70% e 80% dos municípios, como DEM, PDT, PR, PSB, PSD, preferem adotar nesses municípios as comissões provisórias. Assim, uma maior institucionalização partidária parece ser algo restrito a poucos partidos no Brasil.

O trabalho de Silva (2017), também trata de mostrar as diferenças de organização dos partidos localmente no território nacional. Para tanto, vale-se de uma tipologia que leva em consideração tanto a ocupação do partido nos municípios quanto o grau de concentração ou desconcentração do poder em cada unidade da federação para o ano de 2015. Em relação a primeira dimensão, ou seja, a ocupação dos partidos nos Estados, o autor considera que estados onde o partido possui 10% de municípios vazios são considerados “ocupados”, entre 10% e 50% , são considerados de “ocupação média” e mais de 50% , chamados de “desocupados”. Já em relação a segunda dimensão, seguindo critério de Guarnieri (2011) para classificar os partidos organizacionalmente, o autor considera que partidos com até 20% de comissões provisórias para os municípios ocupados são considerados *poliárquicos*, isto é, de elevada organização com controle amplo; de 20% a 60% é considerado *oligárquico*, de organização média, de controle intermediário, e acima de 60%, o partido é *monocrático* no estado, com baixa organização e com poder centralizado. Assim, o autor classifica cada partido por estado, mostrando haver diferenças de ocupação e concentração de poder em cada um deles. Nesse sentido, o PT, por exemplo, “é predominantemente *poliárquico de ocupação média* nas regiões nordeste, centro e sul; e predominantemente *poliárquico ocupado* nas regiões norte e sudeste no ano de 2015” (Silva, 2017: 49).

Da mesma forma, trabalho de Cervi e Borba (2019) mostra que o grau de organização dos partidos a nível local é bastante distinto. Analisando os dados sobre as organizações partidárias locais referentes ao ano de 2016, os autores criaram uma tipologia que levava em consideração a presença de algum tipo de órgão partidário a nível local (enraizamento) e o seu grau de institucionalização (se há a presença ou não de diretório). Nesse sentido, é demonstrado que PT, PSDB, PMDB, PCdoB, PP, PDT, DEM

e PR são os partidos que se encontravam acima da média em ambas as dimensões, possuindo assim alto grau de enraizamento e de institucionalização.

Mas qual a relevância eleitoral de se ter organizações locais mais estruturadas? No que ganha os partidos por terem diretórios municipais? Em trabalho sobre o tema, Braga e Pimentel Jr. (2013) demonstraram que a maior institucionalização dos partidos em diretórios municipais estava correlacionada com o desempenho desses partidos na arena eleitoral nos pleitos para prefeito na eleição de 2012. Nesse sentido, partidos que tinham diretórios municipais possuíam maior capacidade de lançar candidaturas, bem como de vencer pleitos. Isso se mostrou verdadeiro sobretudo para os partidos de maior tamanho na Câmara Federal, como PMDB, PT e PSDB, mas tinham nenhuma valia para partidos pequenos, que conseguiam eleger proporcionalmente mais candidatos a prefeito em cidades com comissões provisórias, do que em cidades com diretórios municipais (apesar de lançar mais candidatos nessas últimas).

Nessa mesma direção, o trabalho de Silva (2017) mostra que a média de votos para deputado federal e vereador tendeu a ser mais alta em municípios onde os partidos possuíam diretórios municipais do que onde havia comissões provisórias, entre as eleições de 2008 a 2014. Entretanto, tal vantagem tendeu a ser nula ou até mesmo inversa em municípios de menor porte quando comparado aos maiores.

Outro dado que corrobora como essa presença de poder local pode afetar o desempenho eleitoral dos partidos se assenta no conceito de *coattail* reverso, tal como utilizado, por exemplo, no trabalho de Avelino, Biderman e Barone (2012). O conceito de *coattail* se refere a capacidade de um candidato transferir votos para outro em uma mesma eleição. Geralmente associado a capacidade do presidente em “puxar votos” para deputados, em um movimento de cima para baixo, os autores argumentam haver uma articulação intrapartidária possível de ser observada à partir do impacto das eleições locais em relação as eleições para deputado federal e estadual, ou seja de baixo para cima (e por isso reverso). Observando o desempenho dos votos para deputado a nível municipal à partir do desempenho do partido nas eleições municipais anteriores, os autores mostram haver correlação de desempenho eleitoral dos partidos de uma eleição para outra, de forma a evidenciar uma transferência de votos de prefeitos para candidatos a deputado de seus respectivos partidos. Para os autores, essas descobertas demonstram “a importância das organizações partidárias municipais para entender os resultados nas eleições proporcionais estaduais” (Avelino, Biderman e Barone, 2012:1005).

À partir dessas constatações empíricas sobre a importância das organizações locais para o voto, pode-se inferir que partidos com maior nível organizacional (com diretórios municipais ao invés de comissões provisórias) possuem estrutura mais forte e institucionalizada para lançar candidaturas e disputar pleitos, o que aumentaria as suas chances eleitorais e sua capacidade de manter-se vivo no mercado eleitoral. Ademais, presume-se ainda que essa vantagem pode ter sido afetada no atual contexto, dado que os recursos de origem privada são mais escassos com o fim da doação empresarial da minirreforma eleitoral de 2015, o que pode ter afetado a capacidade da organização local para o desempenho eleitoral das legendas.

A “minirreforma” eleitoral aprovada em novembro de 2015 é um marco legal para as campanhas eleitorais brasileiras. Dentre as mudanças ocorridas a que mais se notabiliza é a proibição da doação de empresas para partidos e candidatos. Essa mudança foi motivada sobretudo pelas investigações promovidas pela polícia federal na Operação Lava-Jato, que descortinou os esquemas de corrupção e propina envolvendo empresas doadoras, partidos e políticos que receberam tais doações legais e também ilegais (o chamado caixa 2). Além disso, por força do STF, que a luz da constituição passou considerar esse tipo de doação como inconstitucional², a presidente Dilma vetou o item dentro da minirreforma eleitoral votada pelo congresso em setembro de 2015 que continuava a permitir a doação empresarial. Coagida pela a opinião pública e pelo clima de combate a corrupção que tomou conta do Brasil, a Câmara dos deputados brasileiro não contestou o veto presidencial e o manteve na aprovação do texto final que acabou tornando proibida esse tipo de doação. A doação de pessoa física foi mantida, desde que não ultrapassasse em 10% dos rendimentos declarados no imposto de renda no ano anterior³.

Dessa forma, o trabalho aqui presente visa também analisar esse ponto e verificar em que medida a organização partidária ganhou ou perdeu relevância após essa modificação na legislação. Afinal, organizações locais mais organizadas podem ter ganhado mais importância para o desempenho eleitoral em face da escassez de recursos privados ou não?

² <http://veja.abril.com.br/brasil/stf-veta-doacao-de-dinheiro-por-empresas-a-partidos-e-candidatos/> Revista Veja, 17 de setembro de 2015.

³ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/congresso-mantem-veto-texto-que-libera-doacao-de-empresas-partidos.html>- G1, 18 de novembro de 2015.

Tendo em vista a discussão anterior, esta pesquisa trata de compreender a importância dos partidos na arena organizacional como fator relevante para compreender seu desempenho na arena eleitoral, tanto para eleições locais, quanto para eleições que tenham abrangência estadual, como o caso de eleições para deputado federal e estadual. Para tanto, foram utilizados dados do TSE, coletados pelo Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) e do Cepespdata⁴, referentes aos anos de 2012 a 2018, o que cobre duas eleições locais (prefeitos e vereadores) e duas eleições gerais (para deputado federal e estadual).

Nesse sentido, busca-se analisar como uma maior organização local (ter mais diretórios municipais), melhora o desempenho eleitoral dos partidos nos municípios, tanto para a disputa para prefeitos e vereadores, quanto para deputados estaduais e federais. Busca-se ainda verificar em que medida o fim da doação empresarial pode representar um incentivo para que os partidos apostem mais em suas estruturas organizacionais, tornando-as locus de atuação e de relevância para a disputa de pleitos. Nesse sentido, em última instância, objetiva-se demonstrar se também nessa arena os partidos importam ou não.

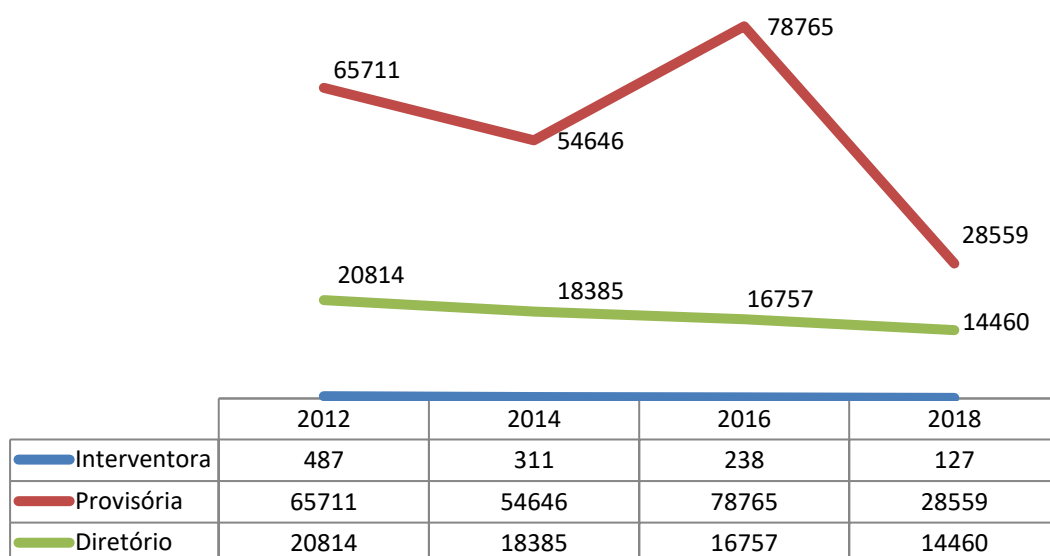
Panorama sobre as organizações partidárias- 2012-2018.

Existem atualmente no Brasil 33 partidos registrados. No começo dos anos de 2010 esse número era de 26, segundo o TSE. Mas ao contrário do que poderia se supor, o aumento no número de legendas durante esse período não redundou em um aumento de diretórios municipais⁵. Pelo contrário, os dados sobre a presença de diretório municipal presentes no gráfico 1, a seguir, mostram que houve uma queda em cerca de 30% durante o período de 2012 a 2018, passando de 20889 diretórios municipais para 14519.

⁴ <http://cepespdata.io/>- O CepespData tem por objetivo facilitar o acesso integrado às bases de dados disponibilizadas pelo TSE em seu repositório de dados. Foi desenvolvido com apoio da FAPESP ao projeto As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros (processo: 2013/15658-1) e do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

⁵ Agradeço a Profª. Maria do Socorro Braga por disponibilizar os dados sobre organização partidária de 2012 a 2016 e a Arthur Fisch pelos dados referentes a 2018.

Gráf. 1. Número de diretório, comissão provisórias e comissão interventoras nos municípios- 2012- 18.



Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Durante esse período, observa-se também variações no número de comissões provisórias e interventoras. No caso da primeira, ele tende a ser mais alto durante o período de eleições municipais (2012 e 2016), dado que na ausência de diretórios, as comissões provisórias são necessárias para haver registro de candidaturas, segundo a lei 9504/97⁶, mas cai vertiginosamente nas eleições gerais (2014 e 2018) dado que os registros são feitos pelos órgãos partidários estaduais e nacionais, algo já detectado no trabalho de Silva (2017) para anos anteriores. Já as interventoras vem diminuindo bastante em número, no decorrer desses anos, passando de 487 para 127. A razão disso pode estar correlacionada a diminuição de diretórios, uma vez que com menos diretórios existentes, menor a necessidade de intervir em esferas locais da organização dos partidos.

A diminuição no número de diretórios municipais parece ser algo generalizado em quase todas as legendas. A tabela 1 à seguir denota um enxugamento de maneira contínua desse órgão nesse íterim. Exemplo disso, é que entre os 3 maiores partidos em número de diretórios, o PT, que em 2012 tinha diretório em 86% dos municípios

⁶ No artigo 4, essa lei determina que: “poderá participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, conforme o disposto em lei, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto”.

brasileiros e caiu para 53% em 2018, uma queda de 39%. O PMDB/MDB tinha 71% e passou a ter 42%, enquanto o PSDB tinha 47% de presença e passou a 40% (com uma recuperação em 2018, uma vez que chegou a ter apenas 31%). Dentre as legendas médias, PSB e, sobretudo, PSD, se mostram exceções nessa tendência. O primeiro, manteve-se em patamar semelhante, enquanto o segundo conseguiu aumentar em 62% sua presença no último ano eleitoral.

Tabela 1. Percentual de diretórios municipais por partido nos municípios.

	2012	2014	2016	2018	Saldo 2018-2012
PT	86,10%	72,89%	72,37%	52,59%	-38,93%
PMDB/MDB	71,26%	60,83%	58,46%	41,53%	-41,72%
PSDB	46,77%	37,11%	31,15%	39,91%	-14,66%
PDT	26,21%	20,66%	19,30%	16,95%	-35,34%
PP	20,22%	18,44%	16,25%	18,90%	-6,48%
DEM	19,91%	19,78%	13,36%	12,06%	-39,40%
PCdoB	19,50%	17,20%	19,73%	12,14%	-37,75%
PPS	18,01%	14,40%	10,09%	10,04%	-44,27%
PSB	13,79%	13,59%	7,43%	14,49%	5,08%
PTB	13,68%	16,97%	1,36%	1,92%	-85,96%
PSD	8,71%	8,60%	7,99%	14,11%	62,06%
PSL	5,46%	4,29%	3,38%	2,51%	-53,95%
PHS	5,08%	3,64%	5,78%	2,12%	-58,30%
PSOL	3,75%	3,12%	4,31%	2,87%	-23,44%
PTdoB/AVANTE	3,61%	3,03%	2,10%	1,67%	-53,73%
PSDC/DC	2,24%	2,05%	1,42%	1,31%	-41,60%
PV	2,03%	1,76%	7,94%	1,35%	-33,63%
PSC	1,67%	5,66%	8,33%	2,60%	55,91%
PSTU	1,58%	1,38%	1,40%	0,86%	-45,45%
PMN	1,26%	0,39%	0,70%	1,24%	-1,43%
PRP	1,24%	0,75%	0,57%	0,38%	-69,57%
PTC	0,84%	0,65%	2,44%	2,98%	253,19%
PR	0,77%	0,77%	0,92%	1,13%	46,51%
PTN/PODE	0,36%	0,34%	0,29%	0,18%	-50,00%
PCO	0,29%	0,29%	0,25%	0,11%	-62,50%
PRTB	0,20%	0,14%	0,31%	0,14%	-27,27%
PCB	0,18%	0,04%	0,07%	0,14%	-20,00%
PEN/PATRI	0,13%	0,13%	0,25%	0,77%	514,29%
PRB	0,11%	0,11%	0,11%	0,34%	216,67%
PPL	0,09%	0,00%	0,13%	0,02%	-80,00%
NOVO	NSA	0,05%	0,13%	0,09%	0,00%
PMB	NSA	0,00%	0,05%	0,00%	0,00%
PROS	NSA	0,02%	0,14%	0,04%	0,00%
REDE	NSA	0,04%	0,09%	0,47%	0,00%
SOLIDARIEDADE	NSA	2,24%	3,36%	2,71%	0,00%

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

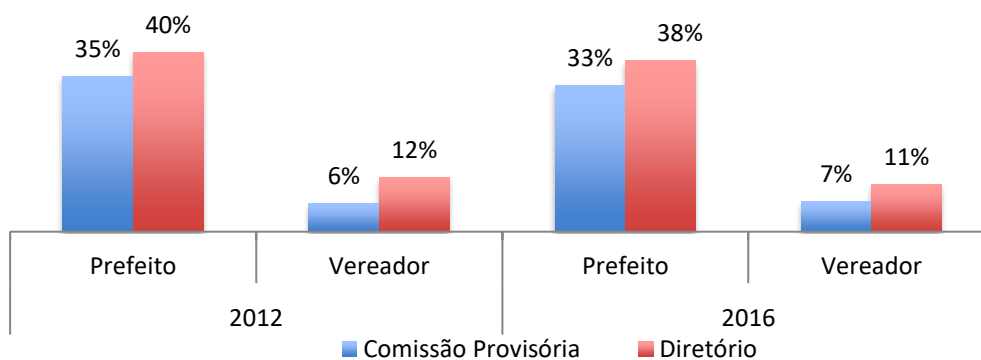
Assim, é patente que as organizações partidárias vem sofrendo perdas consideráveis nos últimos anos em termos de institucionalização da sua organização local, o que, no longo prazo, pode levar a uma queda na capacidade das legendas em articularem suas candidaturas a nível local e diminuir seu desempenho eleitoral.

Organizações Partidárias locais e a eleição para prefeito e vereador

A despeito da diminuição no número de diretórios constatado anteriormente, seriam eles relevantes para a disputa eleitoral local? E essa importância aumentou ou diminuiu em 2016 (período pós-reforma eleitoral) em relação a eleição anterior (2012) no pleito para prefeito e vereador?

Para responder essas questões, à guisa de simplificação, foram utilizadas apenas duas categorias de órgão partidário para todas as análise subsequentes: o diretório municipal e a comissão provisória. Nesse sentido, no gráfico 2 é possível que tanto para 2012 quanto para 2016, partidos com diretório municipal na média tiveram vantagem sobre partidos com comissão provisória: em 2012, enquanto que partidos com comissão tiveram em média cerca de 34% de votos válidos nos municípios, partidos com diretórios municipais tiveram em de terno de 40%. Em 2016, o resultado foi bastante semelhante, com vantagem para os diretórios sobre as comissões, inclusive no caso das eleições para vereador: enquanto diretórios tiveram em média 11% dos votos válidos para vereador (somando votos nominais e de legenda), as comissões tiveram em média 7%.

Gráfico 2. Média de % de votos para prefeito por tipo de Órgão partidário-2012-16.



Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Entretanto, esses resultados não levam em consideração outras variáveis intervenientes que podem definir o desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito. Para entender o peso da organização partidária sobre o sucesso eleitoral, construiu-se dois modelos de regressão linear, um para cada ano eleitoral, afim de se controlar o efeito dessas outras variáveis.

Fundamental nesse controle é o fato do partido ter vencido anteriormente a eleição, dado um potencial da incumbência afetar as chances de eleição do partido, a despeito de evidências contrárias a isso (Titunik, 2009; Trambor e Ceneviva, 2012). Além disso, outro fator de controle é o percentual de filiados do partido no município, uma vez que quanto maior o “exército” disponível, maiores as chances dele ser alocado para atividades de campanha, o que pode afetar o desempenho eleitoral. Por fim, outro controle importante é o porte do partido⁷: partidos maiores contam com maiores recursos e isso pode afetar o desempenho eleitoral das legendas.

De fato, os modelos presentes na tabela 3 mostram que essas variáveis são correlacionadas com o desempenho eleitoral das legendas. Tanto para o ano de 2012, quanto para 2016, observa-se que os controles utilizados não minam o poder explicativo da organização partidária local na correlação com o desempenho para vereador: partidos com diretório tem melhor desempenho eleitoral do que partidos com comissões. Por outro lado, essa tabelam mostra que para o cargo de prefeito observa-se efeito contrário: em locais com comissão os prefeitos tenderam a se sair melhor.

Nota-se, ademais, que apesar do melhor desempenho de partidos com diretório para a disputa de vereador houve um deterioro da correlação entre tipo de organização partidária e o desempenho eleitoral na disputa para vereador, denotando que, juntamente como a perda de número de diretórios, houve também uma perda da capacidade de diretórios municipais em melhorar o desempenho eleitoral das legendas. Em face dessa constatação, tem-se uma segunda evidência (além da queda no número de diretórios) quanto a queda da relevância das organizações partidárias para os partidos no atual contexto. Assim, as mudanças da “mini-reforma eleitoral” de 2015 não parecem ter

⁷ Seguindo trabalho anterior sobre o tema (Braga e Pimentel, 2012), o porte do partido foi definido pelo tamanho da bancada na Câmara Federal para o ano de eleitoral de referência, assim, foram considerados nesta análise partidos grandes aqueles com 10% ou mais de representação na Câmara dos Deputados, partidos médios aqueles entre 5% e 9,99% de cadeiras, partidos pequenos, aqueles com menos de 5% de representantes e ainda partidos sem representação. No anexo B encontra-se a classificação dos partidos para cada ano.

criado uma vantagem adicional para as candidaturas a prefeito daqueles partidos que apostaram nos diretórios municipais, quando comparado com a eleição anterior.

Tabela 3. Regressão linear – Tipo órgão e desempenho eleitoral para prefeito

	2012		2016	
	Vereador	Prefeito	Vereador	Prefeito
Tipo de Órgão- Diretório	0,958* (0,051)	-3,695* (-0,090)	0,636* (0,032)	-3,911* (-0,088)
Incumbente local- Prefeito	5,077* (0,366)	9,154 * (0,186)	6,954* (0,217)	7,427 * (0,140)
% de filiados no município	0,461* (0,362)	0,482* (0,210)	0,519* (0,399)	0,674* (0,274)
Porte do Partido	0,601* (0,061)	5,542* (0,226)	0,591* (0,057)	4,090* (0,157)
Constante	1,702*	10,957*	2,525*	21,596*
R2	0,423	0,173	0,292	0,155
N	73090	15058	75131	15531

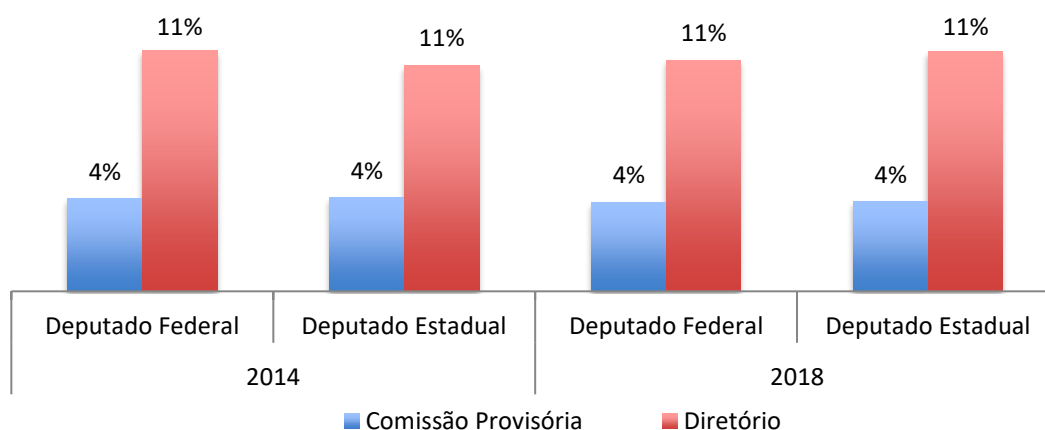
*significante a 0,001 **significante a 0,01 *** significante a 0,10

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Organizações Partidárias locais e a eleição para deputado federal e estadual.

Os dados sobre a disputa a deputado federal e estadual mostram haver também diferenças significativas em municípios onde os partidos contam com diretórios municipais. Em média, em municípios com comissão os partidos tiveram em torno de 4% dos votos válidos, enquanto que onde possuíam diretórios os desempenho eleitoral foi em torno de 11%, tanto para 2014, quanto para a eleição de 2018.

Gráfico 3. Média de % de votos para deputado por tipo de Órgão Partidário- 2014-18.



Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Aplicando os controles utilizados anteriormente na análise para prefeito, observa-se que o tipo de órgão partidário ainda se mantém relevante para o desempenho eleitoral dos partidos localmente em todos os casos analisados, mesmo tendo todas as variáveis de controle apresentado valor significativo para as variáveis dependentes dos modelos. Os dados revelam ainda que os coeficientes de regressão para 2018 da variável “órgão partidário” foram ligeiramente inferiores do que em relação a 2014, demonstrando mais uma evidência quanto ao deterioro dos diretórios pós-2015.

Adicionalmente, incluiu-se também o percentual de votos válidos para prefeito e vereador que o partido teve na eleição anterior a de deputado. Os resultados desses controles, assim como e de incumbência de partido, reforçam a hipótese de *coattail* reverso proposta por Avelino, Biderman e Barone (2012), reafirmando também o papel relevante dos diretórios municipais para o desempenho dos deputados.

Tabela 4. Regressão linear – Tipo órgão e desempenho eleitoral para deputado federal e estadual- 2014-18.

	2014		2018	
	Deputado Federal	Deputado Estadual	Deputado Federal	Deputado Estadual
Tipo de Órgão- Diretório	2,953* (0,100)	3,445* (0,119)	2,717* (0,107)	2,427* (0,091)
Incumbente local- Prefeito	5,467* (0,156)	3,781* (0,109)	2,060* (0,083)	1,293* (0,050)
% Votos Válidos prefeito- Eleição anterior	0,023* (0,035)	0,034* (0,052)	0,019* (0,034)	0,030* (0,050)
% Votos Válidos vereador- Eleição anterior	0,247* (0,207)	0,239* (0,201)	0,253* (0,249)	0,262* (0,246)
% de filiados no município	0,173* (0,111)	0,128* (0,083)	0,054* (0,038)	0,085 (0,056)
Porte do Partido	3,593* (0,218)	2,749* (0,169)	2,322* (0,160)	2,107* (0,138)
Constante	-3,674*	-2,261*	-1,371*	-1,127*
R2	0,320	0,252	0,216	0,198
N	14791	15692	15692	15692

*significante a 0,0001

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Para testar essa capacidade do órgão partidário local articular votos para as eleições de deputado, testou-se nas tabelas 5 e 6 a seguir qual a correlação entre os votos para deputado estadual e federal por tipo de órgão partidário, levando em consideração duas categorias: diretórios e não diretórios (partidos com comissão provisória, interventora e sem comissão). Os resultados da regressão linear indicam no modelo 1 (tanto para 2014, quanto para 2018) que de fato há essa correlação, ou seja, quanto maior o percentual de votos para deputado estadual, maior o percentual de votos para deputado federal, entretanto, o coeficiente de regressão é maior no caso de partidos com diretório em comparação a partidos que não possuem diretório (que podem ter comissão provisória, interventora ou não ter nenhum tipo de órgão).

Já no modelo 2, quando são empregados as variáveis de controle observa-se uma queda no valor do coeficiente de regressão da variável “% votos Deputado Estadual”, sinalizando que há uma mitigação dessa correlação por outras variáveis que se mostram relevantes para o desempenho para deputado federal. Entretanto, o coeficiente dessa

variável continua mais alta para o caso dos partidos que possuem diretórios em determinado município do que para aqueles que tem apenas comissão provisória (0,363 contra 0,265), mesmo com a adição desses controles.

Tabela 5. Regressão linear –desempenho eleitoral para deputado federal por desempenho para deputado estadual- 2014, controlado por tipo de Órgão Partidário.

	Não Diretório		Diretório	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
% Votos Deputado Estadual	0,383* (0,398)	0,265* (0,264)	0,550* (0,528)	0,363* (0,350)
% Votos Válidos prefeito- Eleição anterior	-	0,019* (0,032)	-	0,038** (0,048)
% Votos Válidos vereador- Eleição anterior	-	0,015* (0,106)	-	0,195* (0,161)
% de filiados no município	-	0,029 (0,015)	-	0,130* (0,092)
Incumbente local- Prefeito	-	2,144* (0,082)	-	2,010* (0,067)
Porte do Partido	-	3,537* (0,210)	-	3,073* (0,151)
Constante	2,849	-3,252*	5,438	-3,919*
R2	0,158	0,230	0,279	0,353
N	176565	8568	18385	6223

*significante a 0,001 **significante a 0,01 *** significante a 0,10

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

O mesmo ocorre para 2018, tanto para a comissão provisória quanto para os diretórios, em ambos os modelos, observa-se que quanto maior o percentual de votos para deputado estadual, maior os votos para federal no município, sendo tal correlação maior entre os partidos que possuem diretório em comparação aos que possuem comissões (0,522 contra 0,388), mesmo após se introduzir as variáveis de controle (0,394 contra 0,301).

Tabela 6. Regressão linear –desempenho eleitoral para deputado federal por desempenho para deputado estadual- 2018, controlado por tipo de Órgão Partidário.

	Não Diretório		Diretório	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
% Votos Deputado Estadual	0,388* (0,355)	0,301* (0,323)	0,522* (0,541)	0,394* (0,404)
% Votos Válidos prefeito- Eleição anterior		0,012*** (0,024)		0,017 (0,027)
% Votos Válidos vereador- Eleição anterior		0,140* (0,136)		0,191* (0,192)
% de filiados no município		-0,019 (-0,011)		0,028 (0,023)
Incumbente local- Prefeito		1,658* (0,071)		1,472* (0,057)
Porte do Partido		1,919* (0,135)		1,314* (0,077)
Constante		-0,680**		-0,018
R2	0,166	0,204	0,293	0,346
N	180490	10706	14460	4986

*significante a 0,001 ** 0,01 *** 0,10

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Comparando os resultados da tabela 5 com os da tabela 6, não se observa diferenças significativas nos coeficientes de regressão para ambos os modelos, sinalizando não haver uma mudança quanto a importância dos diretórios municipais para o melhor articulação do voto partidário para as eleições de deputado. Assim, apesar da importância em ambas ocasiões, o fim da doação de pessoa jurídica parece ter tido impacto nulo para aumentar a importância dos diretórios municipais no desempenho das legendas.

Avaliando a capacidade explicativa dos Tipos de Organização Partidária.

Os resultados apresentados até esse ponto mostram haver correlação entre tipos de organização partidária local e desempenho eleitoral em diferentes disputas eleitorais, bem como denotam uma queda na correlação entre presença de diretórios e desempenho eleitoral. Entretanto, mesmo com os controles aplicados, eles não nos permitem afirmar uma causalidade na relação entre essas duas variáveis, uma vez que há muita

endogeneidade entre elas, além da possibilidade de outras variáveis não observadas afetarem a relação.

Nesse sentido, uma outra maneira de analisar a importância das organizações partidárias é verificar o seu desempenho a partir de uma análise diferença em diferença⁸ (doravante, *diff in diff*), tratando-se de entender como mudanças nos tipos de organização partidária podem redundar em desempenhos melhores ou piores durante o período estudado. A análise *diff in diff*, é uma técnica estatística que visa, por um lado, mimetizar um desenho experimental de pesquisa, tratando de avaliar os efeitos de mudanças de variáveis independentes no decorrer do tempo e, por outro, visa mitigar os efeitos endógenos e viés de seleção dos casos analisados (Angrist e Pischke, 2008).

Tratando especificamente do tema de pesquisa, na tabela 7 pode-se verificar a mudança de tipo de organização entre os anos de 2012 e 2018, excluindo os casos de novos partidos que surgiram durante esses períodos (Ver anexo). Assim, pode-se observar a possibilidade de dois tipos de mudanças: partidos com diretório podem ter deixado de assumir esse tipo de organização entre esses anos, enquanto alguns partidos que não eram diretórios podem virar. Entre 2012 e 2016 cerca de 5% da amostra de partidos analisados deixaram de ser diretórios, enquanto 2 % passaram a sê-lo, enquanto que entre 2014 e 2018 esse número foi de 5% e 3%, respectivamente.

Tabela 7. Mudança de Tipo de Organização – 2012-18.

Mudanças	Entre 2012-16		Entre 2014-18	
	%	N	%	N
Manteve-se não Diretório	85%	136717	87%	154311
Passou a ser Diretório	2%	3999	3%	5544
Deixou de ser Diretório	5%	8280	5%	9500
Manteve-se Diretório	8%	12534	5%	8885
Total	100%	161530	100%	178240

Fonte: Elaboração do autor dados, do TSE.

Com isso em mente, é possível comparar esses dois grupos em dois momentos: em T temos o desempenho do partido antes da mudança, enquanto em $T+1$ temos o seu desempenho depois da mudança. A diferença em diferença consiste em verificar a diferença entre o desempenho em $T+1$ em relação a T .

⁸ Agradeço ao Grupo de Estudos do Cepesp pela sugestão de adotar essa metodologia, em especial ao Prof. George Avelino e a Guilherme Russo.

Primeiramente, o resultado esperado para avaliar essa causalidade é de que partidos que eram Diretórios em T e mantiveram-se como tal em $T+1$ tenham melhor desempenho eleitoral na comparação entre $T+1$ e T , em relação a partidos que eram Diretórios em T e deixaram de ser em $T+1$. Entretanto, na tabela 8, os resultados não mostram isso. Tanto para prefeito, quanto para Deputado Federal e Estadual observamos o efeito contrário: deixar de ser diretório ofereceu melhor desempenho eleitoral aos partidos do que aqueles que se mantiveram como tal.

A primeira coisa a notar nessa tabela é que, de forma geral, os resultados foram negativos para todos os cargos analisados quando se compara os votos de 2016 e 2018 em relação a 2012 e 2014, respectivamente, tanto para diretórios quanto para não diretórios. Isso provavelmente se deve a entrada de novos partidos na disputa e aumento na fragmentação da disputa, o que diminuiu os votos obtidos na média nos resultados em $T+1$. Assim, nas eleições para prefeito, os partidos que se mantiveram diretórios tiveram 3,28 pp. em média menos votos em 2016 em comparação a 2012, enquanto os que deixaram de ser diretório tiveram um desempenho menos negativo, com menos 1,9796 pp de votos na comparação dos dois períodos. A diferença dessas diferenças mostra que quem deixou de ser diretório teve menos perdas que aqueles que se mantiveram (-1,307 pp.).

Os resultados dessa tabela denotam que para deputado federal e estadual os resultados semelhantes, com *diff in diff* negativos (-1,3591 e -0,7402, respectivamente). Entretanto, os resultados se mostraram relevantes para o caso da disputa para vereador, onde quem deixou de ser diretório teve perdas maiores do que aqueles que se mantiveram diretórios durante o período analisado (-1,861 contra -2,0124) com *diff in diff* de 0,1514.

Tabela 8. Mudança de Tipo de Organização e Desempenho eleitoral.

	Manteve-se Diretório (C)	Deixou de ser Diretório (D)	<i>Diff ind Diff</i> (B-A) - (C-D)
Diff Prefeito - 2012-16 (B-A)	-3,2856	-1,9786	-1,307
Diff Vereador- 2012-16 (B-A)	-1,861	-2,0124	0,1514
Diff Deputado Federal -2018-14 (B-A)	-3,5717	-2,2126	-1,3591
Diff Deputado Estadual-2018-14 (B-A)	-2,4968	-1,7566	-0,7402

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Outra forma de analisar a diferença em diferença para analisar o impacto entre tipo de organização e desempenho eleitoral durante o período analisado é verificando o contrafactual da análise anterior, ou seja, o efeito entre os partidos que não eram diretórios e passaram a ser.

Diferentemente do que ocorreu na análise anterior, os partidos que passaram a ter diretórios tiveram melhor desempenho do que aqueles que se mantiveram não diretórios, como exceção para a disputa para deputado federal. Para prefeito, os partidos que passaram a ter diretório tiveram um desempenho negativo, mais menor do que aqueles que se mantiveram não diretórios (-0,3715 contra -0,7945) respectivamente, com *diff in diff* de 0,423. Para vereador e deputado estadual, os *diff in diff* também foram positivos, 0,6426 para o primeiro caso, e 0,4036 para o segundo, ou seja, passar a ser diretório mostrou-se mais vantajoso para essas disputas do que manter-se não diretório. No caso para deputado federal, o resultado foi inverso: passar a ser diretório foi menos vantajoso, com *diff in diff* de -0,1556.

Tabela 9. Mudança de Tipo de Organização e Desempenho eleitoral.

	Passou a ser Diretório (C)	Manteve-se Não diretório (D)	<i>Diff ind Diff</i> (B-A) - (C-D)
Diff Prefeito - 2012-16 (B-A)	-0,3715	-0,7945	0,423
Diff Vereador- 2012-16 (B-A)	0,5035	-0,1391	0,6426
Diff Deputado Federal -2018-14 (B-A)	0,1168	0,2724	-0,1556
Diff Deputado Estadual-2018-14 (B-A)	0,5841	0,1805	0,4036

Fonte: Elaboração do autor, dados do TSE.

Os resultados são assim dúbios para a metade dos tipos de pleitos analisados: para prefeito e deputado estadual, as mudanças (independente para qual direção) surtiram efeitos positivos: tanto deixar de ser diretório (para quem era) quanto passar a ser diretório (para quem não era) se mostraram mais vantajosos. Já para vereador e deputado federal os resultados das mudanças foram consistentes, mas em sentido contrário: o *diff in diff* tanto de partidos que passaram a ser ou se mantiveram diretórios foi positivo para a disputa para vereador, enquanto que para deputado federal ambos foram negativos, denotando assim que para a disputa de vereador ter organização partidária se mostrou

relevante, enquanto para deputado federal, pelo contrário, ter diretório municipal se mostra contraproducente para o desempenho das legendas.

Resultados e Conclusões.

Este trabalho tratou de entender se, tal como ocorre em outras arenas, os partidos importam enquanto organização. Mais especificamente, tratou-se de avaliar se partidos mais organizados localmente (com diretórios municipais) possuem melhor desempenho eleitoral e se isso vem aumentando ou diminuindo nas últimas eleições.

Os dados apresentados apontam haver uma correlação entre a presença de diretórios municipais e desempenho eleitoral dos partidos, isso tanto para vereadores, quanto para deputados federais e estaduais. Ou seja, esses dados mostram que possuir partidos mais organizados localmente podem melhorar o desempenho eleitoral das legendas. Entretanto, os dados para prefeito demonstram haver uma correlação inversa: partidos com diretórios tendem a ter desempenho pior do que com comissões provisórias quando aplicadas variáveis de controle.

Dentre os achados, demonstrou-se que a presença de uma organização local potencializa positivamente a capacidade de articulação entre o poder local e as eleições para deputado. Entretanto, não observou-se um aumento dessa vantagem a partir das eleições posteriores a mini-reforma eleitoral de 2015 e a proibição da doação empresarial, pelo contrário, os dados apontam para um deterioro da capacidade dos diretórios em melhorar o seu desempenho eleitoral quando comparado com não-diretórios.

Os dados mais consistentes quanto a importância de se ter diretório municipal como organização partidária para melhorar o desempenho eleitoral foram encontrados nos pleitos para vereador. A análise *diff in diff* apontou para uma melhora tanto para aqueles partidos que se mantiveram diretórios quanto aqueles que passaram a ser no desempenho para a disputa para esse cargo entre 2012 e 2016. Por outro lado, a disputa para deputado federal aponta sentido contrário: um desempenho pior para quem manteve-se diretório ou passou a sê-lo entre 2014 e 2018.

Destarte, a capacidade de que diretórios possam gerar melhor desempenho não pode ser generalizado para todos os pleitos, havendo também uma tendência de decrescente capacidade explicativa em quase todas as disputas analisadas durante o

período analisado. Ou seja, se ter diretório importa em alguma medida, mas isso vem diminuindo no decorrer desses anos para a maioria dos pleitos em disputa que foram estudados.

Em face de tal constatação, e dado os custos de um diretório, as legendas podem entender que a sua manutenção pode não valer a pena frente ao desempenho obtido e, dessa forma, isso poderia explicar a queda do número de diretórios nos últimos anos. Nesse sentido, os partidos podem estar se atinando quanto ao custo-benefício de se manter um diretório e isso pode estar no cerne do deterioro da institucionalização das organizações partidárias locais, uma questão a ser colocada na agenda de pesquisa sobre tema.

Referências Bibliográficas.

- AMARAL, O. 2011. "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade." *Opinião Pública*, 2011, 17 (1):01-44.
- _____. (2010). *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp.
- AMES, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ANGRIST, J. ; PISCHKE, J. (2008). *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. Princeton University Press.
- AVELINO, G; BIDERMAN, C; BARONE, L. (2012) Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. *Dados*, 55, 4.
- BRAGA, M.S.S. O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002. 1ª edição. São Paulo: Humanistas/Fapesp, 2006.
- _____. & BORGES, T. (2008) "Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros". VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Campinas.
- _____. & PIMENTEL JR., J. 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271 – 303.
- _____. (2013). Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. In *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012* (Vol. XIV, p. 224). Rio de Janeiro, RJ: Fundação Konrad Adenauer.
- _____. & RODRIGUES-SILVEIRA, R & BORGES, T. (2012) Organización, territorio y sistema partidario: Difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. Salamanca, *América Latina Hoy*, n.61.
- CAREY, M.S . ; SHUGART, J.M. (1995). Incentives To Cultivate A Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. *Electoral Studies* 14(4).
- CERVI, E. e BORBA, F.(2019). Os diretórios partidários municipais e o perfil sociodemográfico dos seus membros. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2019, n.28, pp.65-92. Epub 03-Jun-2019.
- DALTON, R., MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. (2003). "Democracia e Identificação Partidária nas Sociedades Industriais Avançadas", *Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa.

- FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- FREITAS, A. (2016). *O presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer.
- GUARNIERI, F. A Força dos Partidos “Fracos”. *DADOS*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 235 a 258.
- GUNTHER, R., DIAMOND, L. (2003). “Species of political parties: a New Typology”. *Party Politics*, 9 (2): 167-199.
- KINZO, M. D.. (1988) *Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do PMDB (1966-1979)*. 1ª edição São Paulo: IDESP/Vértice.
- _____ (1993). *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer.
- _____ (2005). "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57.
- MAIR, P. & BIEZEN, I. (2001) van: Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. In: *Party Politics* 7(1), S. 5-21.
- MENEGUELO, R. (1989) *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAINWARING, S. (1991). “Políticos, partidos e sistemas eleitorais”. In *Novos Estudos CEBRAP*, nº 29, São Paulo.
- PANEBIANCO, A. (2005) *Modelos de Partido. Organização e Poder nos partidos políticos*. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes.
- RIBEIRO, P. F. (2010). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EDUFSCar/FAPESP.
- RIBEIRO, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.10, p. 225-265.
- RODRIGUES, L. (2002). *PARTIDOS, IDEOLOGIA E COMPOSIÇÃO SOCIAL: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp.
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. (2018) Partisans, anti-partisans and voter behavior in Brazil. In: AMES, B. (ed.). *Handbook of Brazilian Politics*. New York/London: Routledge.
- SILVA, B. (2017). *A Organização Partidária nos municípios brasileiros*. Dissertação de mestrado, EAESP, FGV.
- TITIUNIK, Rocío. (2009), Incumbency Advantage in Brazil: Evidence from Municipal Mayor Elections. Working Paper. Disponível em:

<http://wwwpersonal.umich.edu/titiunik/papers/TitiunikIABrazil.pdf>.

TRAMBOR, T; CENEVIVA, R. (2012). Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. Novos estud. - CEBRAP no.93 São Paulo

Anexo A- Especificação de variáveis- modelos de Regressão linear.

Nome da Variável	Descrição	Categorias
Tipo de Órgão- Diretório	Se Diretório municipal ou Outro (comissão provisória, interventora ou sem)	Comissão = 0 Diretório = 1
Incumbente local- Prefeito	Se o partido possuía o prefeitura no município	Não Possuía a prefeitura= 0 Possuía a prefeitura = 1
% de filiados no município	O percentual de filiados do partido no município em relação ao total população nesse município	Variável contínua
% Votos Válidos para prefeito- Eleição anterior	O percentual de votos válidos nominais ou na legenda obtido pelo partido no município na eleição anterior a analisada.	Variável contínua
% Votos Válidos para vereador- Eleição anterior	O percentual de votos válidos nominais ou na legenda obtido pelo partido no município na eleição anterior a analisada.	Variável contínua
% Votos Deputado Estadual	O percentual de votos válidos nominais ou na legenda obtido pelo partido no município na eleição para deputado estadual	Variável contínua
Porte do Partido	Tamanho do partido na câmara federal- ver anexo B	Sem representação= 0 Pequeno= 1 Médio =2 Grande= 3

Anexo B- tamanho dos Partidos por ano.

	2012	2014	2016	2018
PMDB	Grande	Grande	Grande	Grande
PT	Grande	Grande	Grande	Grande
PP	Médio	Médio	Médio	Médio
PR/PL	Médio	Médio	Médio	Médio
PSB	Médio	Médio	Médio	Médio
PSD	Médio	Médio	Médio	Médio
PSDB	Grande	Grande	Médio	Médio
DEM	Médio	Médio	Pequeno	Pequeno
PCdoB	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PDT	Médio	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PEN/PATRI	NSA	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PHS	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PMB	NSA	NSA	Pequeno	Pequeno
PPL	Sem representação	Sem representação	Pequeno	Pequeno
PPS	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PRB	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PROS	NSA	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PSC	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PSL	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PSOL	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PTB	Pequeno	Médio	Pequeno	Pequeno
PTC	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PTdoB/AVANTE	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PTN/PODE	Sem representação	Pequeno	Pequeno	Pequeno
PV	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Pequeno
SOLIDARIEDADE	NSA	Sem representação	Pequeno	Pequeno
PMN	Pequeno	Pequeno	Pequeno	Sem representação
PRP	Pequeno	Pequeno	Sem representação	Sem representação
NOVO	NSA	NSA	Sem representação	Sem representação
PCB	Sem representação	Sem representação	Sem representação	Sem representação
PCO	Sem representação	Sem representação	Sem representação	Sem representação
PRTB	Pequeno	Pequeno	Sem representação	Sem representação
PSDC/DC	Sem representação	Pequeno	Sem representação	Sem representação
PSTU	Sem representação	Sem representação	Sem representação	Sem representação
REDE	NSA	NSA	Sem representação	Sem representação